



COMUNICADO

Nº 11/83

19 - 05 - 83

A TODOS OS TRABALHADORES

I

REESTRUTURAÇÃO

Confirmámos, que seguiu para publicação no dia 16, o tão esperado Decreto Regulamentar, que irá substituir o 12/79.

No momento em que estamos na fase final de todo este processo, não queremos deixar de prestar alguns esclarecimentos:

- 1- Num trabalho difícil e moroso, em que intervieram dezenas de pessoas e em que se gastaram horas a fio, não podemos deixar de manifestar a todos os trabalhadores, a acção permanentemente desenvolvida pelo Secretário de Estado do Orçamento, Dr. Alípio Barrosa Pereira Dias, cujo empenhamento pessoal, foi um dos factores decisivos no resultado obtido. Tivemos desde o início, por parte daquele membro do Governo, uma abertura e disposição ao diálogo e negociação, que classificamos de exemplar e que desejaríamos voltar a encontrar em futuros Governos.

Pelas razões apontadas, a Direcção do Sindicato, manifesta publicamente o seu respeito e apreço, pela pessoa do Dr. Alípio Dias. E sem nenhum receio, lhe reconhecemos a capacidade de sobrepor os interesses Nacionais e os Justos direitos dos trabalhadores, aos interesses políticos ou partidários, qualidade que raramente temos encontrado noutros governantes.

- 2- Intervieram neste processo, tanto a anterior, como a actual Direcção do Sindicato e qualquer delas, mercê do esforço e da actuação isenta e responsável que sempre desenvolveram, levaram até final um trabalho espinhoso, sem necessidade de recurso a formas extremas de reivindicação, o que por si só, constitui uma vitória indiscutível do Sindicalismo que praticamos, Sindicalismo esse baseado no real, na objectividade e na visão de conjunto da Função Pública e limitações existentes, factores que norteiam a nossa actuação.

- 3- Há contudo que dizer claramente, que nem sempre, a Direcção do Sindicato sentiu o apoio efectivo de todos os trabalhadores o que obrigou ao recurso a uma actuação menos incisiva, com os consequentes atrasos do processo.

Consideramos pois, necessário, que todos façam uma análise consciente, da importância da participação Sindical activa de todos, para que futuramente a Direcção do Sindicato se apresente ao Governo ou Administração, duma forma que embora dialogante e aberta, tem a força do apoio confiado, maciço e inequívoco, de todos os trabalhadores.

Só assim, conseguiremos levar a bom termo, as questões que por ora ficaram por resolver. Relembramos, de comunicados ante-

riores, que a Reestruturação, foi o início e não o fim do processo. Muitas classes há (Administrativos, pessoal de Informática, pessoal Auxiliar, etc.), cujos problemas urge solucionar, sob pena de nos remetermos a uma cómoda e passiva estagnação, vivendo à sombra do que se conseguiu e esquecendo o que falta conseguir.

Esclarecemos essas classes, que o não terem sido contempladas não se deve a nós, Sindicato, mas sim a barreiras intransponíveis que nos foram impostas, e que como por diversas vezes temos dito, só serão ultrapassáveis, com acções alargadas a toda a função pública.

Não julguem pois, que estamos somente a cantar vitória e a esquecermo-nos de vós. Pelo contrário, pesa-nos profundamente, que em vez da Reestruturação justa e desejável para todos, só se tenha conseguido a Reestruturação "possível" no actual contexto. Mas uma vez mais reafirmamos a nossa disposição de continuar a lutar, para que aqueles que hoje se sentem (e com razão) injustamente tratados, sejam contemplados prioritariamente com a Justiça que lhes assiste e que não foi feita.

- 4- Em toda a negociação, a Direcção do Sindicato, assumiu o compromisso de, sendo as Contribuições e Impostos um sector vital, se não o que mais pesa, no equilíbrio económico do Estado e por consequência, na melhoria das condições de vida de todos os portugueses, apelar aos trabalhadores, para que não esqueçam que têm aos ombros, uma responsabilidade que está acima das ideologias e das simpatias partidárias pelos Governos em exercício.

A nossa qualidade de trabalho, competência e capacidade de resposta rápida e eficiente às solicitações de serviço que nos são postas, têm que ser compatíveis, com essa responsabilidade que nos cabe. E se não podemos esquecer nunca, que temos o direito a exigir de todos, o reconhecimento da nossa verticalidade e isenção, também não podemos esquecer o nosso contributo, quer para a dignificação da Função Pública em geral, quer do País e da sociedade em que estamos inseridos.

E se muitas vezes, trabalhamos em condições que estão longe do mínimo desejável (facto de que imputamos inteira responsabilidade à Administração), tenhamos sempre presente, que o nosso esforço e as nossas limitações materiais, serão menores, se estivermos conscientes de que o nosso contributo, se reflecte na melhoria e no bem de todos.

PERSPECTIVAS FUTURAS:

A par das questões já apontadas, a Direcção do Sindicato irá, a partir de agora, desenvolver uma maior actividade nos campos, social, da informação e do relacionamento com a Função Pública em geral, preocupações que logo de início, manifestámos claramente no programa da candidatura da lista. Vamos portanto concentrar esforços, para que a curto prazo, se desencadeiem as seguintes acções:

- 1- Implantação do Fundo de Acção Social;
- 2- Publicação do Jornal do Sindicato;
- 3- Desenvolvimento de contactos com as Organizações Sindicais representativas de trabalhadores da Função Pública.

I I

REUNIÃO COM O SECRETÁRIO DE ESTADO DO ORÇAMENTO:

A nosso pedido, reunimos no dia 17, com o S. E. O.. Dessa reunião, passamos a dar notícia:

LIQUIDADORES ESTAGIÁRIOS:

Podemos enunciar com total garantia, que os liquidadores estagiários concursados em Fevereiro e Abril e actualmente em regime de contrato eventual, têm direito a faltas e licenças nos mesmos termos que o pessoal do quadro. Dentro de poucos dias, os serviços receberão instruções nesse sentido.

Uma vez que essa garantia é absoluta, apelamos aos Chefes de Repartições e Serviços onde existam estagiários nas condições referidas, no sentido de os considerarem nos planos de férias, a fim de evitar uma acumulação excessiva de pessoal de licença, o que acarreta sempre quebras de serviço.

Aos estagiários que fizeram o concurso em Fevereiro, anunciamos que o processo de nomeações e colocações está pronto, aguardando-se a publicação dentro de dias.

CONCURSO PARA TÉCNICOS TRIBUTÁRIOS E EQUIVALENTES:

Alertámos o S. E. O., para a necessidade de ser aprovado rapidamente o novo Regulamento de provas e concursos, para que de imediato, seja aberto concurso, a que serão opositores os liquidadores principais e de 1ª. O Secretário de Estado, comprometeu-se a fazer da sua parte, um esforço para resolver em breve a questão.

TABELA DE CUSTAS E EMOLUMENTOS:

Novamente fizemos sentir a necessidade de actualizar a tabela de custas e emolumentos em vigor. Aguardamos que nos seja dada uma resposta concreta, nos próximos dias.

SUBSÍDIO DE RESIDÊNCIA:

O subsídio de residência deveria ter sido actualizado em Setembro de 1982. Neste momento, vemos perspectivas de o ser em breve.

INCIDÊNCIA DE REMUNERAÇÕES ACESSÓRIAS SOBRE DIUTURNIDADES:

Informamos todos os trabalhadores, que as remunerações acessórias, passam a incidir sobre as diuturnidades, com efeitos rectroactivos desde 1 de Janeiro de 1983.

I I I

ASSEMBLEIA GERAL:

Achou a Direcção do Sindicato, ser conveniente que a Assembleia Geral, não se realizasse em 27 de Maio como inicialmente previsto e comunicado às Comissões Distritais, mas sim em meados de Junho. Durante a próxima semana, serão distribuídas novas convocatórias marcando a data definitiva da realização. Distribuiremos ainda, o projecto de orçamento proposto para 1983 e o resultado das contas de 1982.

Apelamos desde já à mobilização e participação activa de todos os trabalhadores, a fim de nesta Assembleia haver uma representatividade real, pois que nela, pretendemos dar a conhecer mais profundamente os nossos objectivos de acção, para o que necessitamos do apoio de todos.

Saudações Sindicais,

A DIRECÇÃO,

